



A primeira-ministra da Inglaterra, disse o óbvio: vendam o que possuem e paguem a dívida.

# Lição dos ricos põe a nu a ingenuidade brasileira

André Gustavo Stumpf

A decisão dos sete grandes, reunidos em Londres, expõe de uma maneira dolorosa a ingenuidade brasileira. Pensaram nossos administradores, e seus fiéis auxiliares, que poucas linhas numa carta, seguida pelas assinaturas de alguns chefes de estado de países situados ao Sul do Equador, seriam suficientes para comover os sete grandes. A Sra. Thatcher, manobrando a habitual objetividade, deu o recado definitivo: "Eles é que vendam o que possuem para pagar suas dívidas".

E agora? No plano interno, o país assiste meio perplexo este jogo de ingenuidades. É a oposição tentando convencer o governo que não é mais governo, porque não possui apoio popular. Isto é verdade, mas seria a mesma coisa que solicitar a um ditador que deixasse o poder simplesmente porque o povo não o ama. As armas e os atos de exceção estão aí para isso mesmo. Em outro vértice desta complicação, parte do PDS insinua que o candidato Maluf deve renunciar a sua candidatura, deve discretamente deixar o palco e cuidar de outros afazeres. Tudo muito ingênuo, como se vê. Parece que basta chegar perto e fazer um pedido com todas as palavras no lugar certo para ocorrer o milagre. Esse bom-mocismo nacional bordeja o absurdo.

Todos os países europeus e os Estados Unidos estão vivendo dias especialmente difíceis em suas economias. Essa não é uma informação secreta, basta ler qualquer revista ou

jornal estrangeiro para ter acesso a ela. Os Estados Unidos têm inflação, desemprego, guerra na América Central e uma ameaça crescente vinda do golfo Pérsico. E no Brasil, governo e parte da sociedade acham que Washington vai dar prioridade absoluta aos descaminhos econômicos nacionais. E de rir. Também na Europa a situação é difícil.

Os estrangeiros que vivem na França, na Alemanha ou na Inglaterra, e até mesmo na Itália, estão passando por momentos muito duros, pois o efeito imediato da política de recessão é devolver a mão de obra alienígena a seu local de origem. Trabalhadores estrangeiros que estão há décadas trabalhando em Paris ou nas suas cercanias não conseguem mais renovar suas cartes de sejour e, com isso, são expulsos do país até por ação da polícia, se for necessário. Neste cenário, o bom-mocismo brasileiro é impagável: acredita que vá fazer um acordo de elites na Europa ou nos Estados Unidos, e assim vai retomar o desenvolvimento. Tão longe vai este sentimento que no nordeste populações famintas perambulam pelas estradas em busca de comida, de trabalho e terminam saqueando algumas cidades. No Centro-Oeste, e aqui perto de Brasília, trabalham legiões inteiras de japoneses recentemente "importados" pelo governo federal.

Essa soma de bom-mocismos já ultrapassou os limites do razoável. Essa de o brasileiro "ser tão bonzinho" já não é mais suficiente para fazer, sequer, rir. As incompetências nacionais extrapolaram qualquer

medida do bom-senso e chega a ser triste ver ministros ou autoridades de primeiro escalão, com pires na mão, prometendo esse mundo e o outro para o banqueiro internacional fazer mais um empréstimo. A Sra. Thatcher já sentenciou, naquela lógica anglo-saxônica: vendam o que possuem para pagar as suas dívidas.

Outra coisa engraçada é a dívida externa. Prospera no governo a idéia de que ela não precisa ser pagá. Basta ser "rolada". Isto tudo é muito engraçado, se não fosse trágico. É engraçado também que a oposição peça ao governo, autoritário e centralizador, para deixar de ser governo, que o PDS peça a Maluf para deixar de ser candidato e que o Congresso peça ao governo para começar a governar. São pedidos ingênuos, tão ingênuos quanto a suposição oficial de que o pagamento da dívida não é problema brasileiro, mas dos credores.

Disto tudo, de tantas contradições e ingenuidades, restam algumas conclusões óbvias: se o governo não quer Maluf descubra um candidato capaz de derrotá-lo. Se os brasileiros querem tratar de sua dívida, basta trabalhar mais e conseguir recursos para começar a honrar suas notas promissórias. Talvez o primeiro passo nesta direção seja a moratória. Mas isto é outra discussão. O fato é que para desenvolver quaisquer destas atividades, será necessário colocar de lado a suposta genialidade nacional e contemplar uma única hipótese: trabalhar, isto é, todos devem trabalhar até mesmo o governo federal, nele incluído o Palácio do Planalto.